

O PERFIL DOS CANDIDATOS E DOS ELEITOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL NAS ELEIÇÕES DE 2006

MASSIA, Leandro Pribernow¹
BARRETO, Alvaro Augusto de Borba²

1- Universidade Federal de Pelotas – leandromassia@hotmail.com – Mestrando e bolsista
Capes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPEL.

2- Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

A análise do perfil dos políticos brasileiros visa a identificar quem são os nossos representantes e em que medida esta parcela da população que concorre às eleições se identifica com as características gerais da população brasileira. As pesquisas neste sentido têm como intuito verificar as características gerais dos candidatos e descobrir os atributos que podem auxiliar este aspirante a ser escolhido no momento do processo de seleção de candidatos pelos partidos e, logicamente, a ser eleito, de fato, pela população. Freire (1998) menciona a importância de se estudar os parlamentos pelo motivo deste ser um elo entre a população e o governo. A tarefa central destes estudos é desvendar quais grupos sociais se encontram em maior número na vida política e, ainda, descobrir aqueles que nem ao menos se lançam como candidatos.

Qualquer cidadão brasileiro pode ingressar na vida política, desde que atenda aos requisitos estipulados pela legislação. Para estar apto a concorrer a um cargo público no Brasil, o indivíduo tem de necessariamente estar filiado a um partido político. Entretanto, para tornar-se candidato, de fato, não basta atender apenas às exigências da legislação. No Brasil, a lei permite que os partidos, além de adicionarem critérios para a filiação, estipulados nos estatutos partidários, tenham autonomia quanto à forma de seleção dos candidatos. Ou seja, os partidos brasileiros têm controle sobre a filiação de seus membros e sobre a formação das suas listas partidárias (ÁLVARES, 2008)

As escolhas dos partidos no momento da seleção das candidaturas afetam diretamente o perfil das bancadas (RODRIGUES, 2002). Devido aos partidos realizarem este primeiro filtro, os eleitores ficam, no caso brasileiro, limitados a escolherem os candidatos que já são pré-selecionados pelos partidos, não tendo o eleitor influência ou participação no processo de seleção dos candidatos, a menos que seja filiado a algum partido político.

O presente estudo refere-se à comparação entre o perfil de candidatos e o de eleitos para o cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul no ano de 2006. As variáveis testadas para o perfil social foram: *gênero*, *grau de instrução*, *faixa etária* e *ocupação*. O intuito da pesquisa foi descobrir o perfil dos membros da sociedade que se lançaram ao cargo em questão, e revelar o perfil que obteve sucesso na eleição, formando, assim, a elite política gaúcha no pleito de 2006.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A partir de análise da bibliografia referente ao processo de seleção de candidatos, o intuito foi descobrir como se dá este processo de seleção. Quais são as pessoas que podem se candidatar a um cargo político, quem realiza o processo de seleção dos candidatos e quais as particularidades do recrutamento de candidatos. Assemelhando-se ao modelo adotado por Perissinotto e Miriade (2009) ao estudar o perfil de deputados federais no estado do Paraná no ano de 2006, esta pesquisa teve como intuito analisar e comparar o perfil de candidatos e de eleitos para o cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa foi testar as hipóteses, para o caso gaúcho, de estes e de outros autores sobre o tema, em torno da elevada presença entre os membros da elite parlamentar de homens com alta escolaridade, com experiência política prévia, oriundos das profissões liberais e das áreas da comunicação e educação.

Os dados para a análise foram colhidos do portal eletrônico do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do TRE-RS (Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul). O banco estatístico do TSE disponibiliza os dados gerais e individuais referentes aos candidatos que concorreram nas eleições deste ano, já no TRE-RS, encontra-se a relação dos eleitos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil social de candidatos e de eleitos para o cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul no pleito de 2006 encontrado neste estudo foi semelhante às características ou padrões encontrados em outros trabalhos sobre o tema, tanto a nível nacional como internacional. Constatou-se que o perfil predominante de candidatos foi o de homens, com alta escolaridade, de meia-idade, e atividades profissionais, como: advogados, empresários, engenheiros, servidores públicos, médicos, comerciantes, deputados e vereadores. No universo dos eleitos também foi verificada a sobrerrepresentação de homens, de alta escolaridade, na meia idade. No entanto, a maioria dos eleitos havia se declarado *deputado*. Embora advogados, médicos, engenheiros e professores tenham conseguido se eleger, o percentual de *deputados* que conquistou uma cadeira foi muito superior, pois estes ocuparam quase metade da bancada (47,3%).

A baixa presença de certos grupos no universo dos eleitos pode justificar-se pelo simples fato da ausência de oferta, ou seja, determinados grupos simplesmente procuram menos ou não concorrem aos cargos públicos, assim como também pode haver grupos que desejam se candidatar, mas que são preteridos pelos selecionadores. Já no universo dos eleitos, alguns atributos são mais comuns, tal como o fato de já ter exercido um cargo político previamente. Se a experiência na vida política prévia é um fator que aumenta as chances do indivíduo ser escolhido pelo partido para concorrer as eleições, para o sucesso nas urnas a ocupação de uma cadeira parlamentar anteriormente se mostrou no caso analisado, um dos principais atributos dentre os eleitos.

4. CONCLUSÕES

A partir do referencial teórico estudado, foi possível observar a grande diversidade dos modelos de seleção de candidatos adotados pelos partidos. Afinal, este é um processo que se distingue bastante a partir da localidade estudada e das normas legais e partidárias, tornando-se, assim, um objeto de estudo no qual se deve delimitar bem a região, espaço de tempo e os atores que constituirão o processo (FREIDENBERG e LÓPEZ, 2002; BRAGA e VEIGA, 2008). As lideranças partidárias no Brasil têm poder e autonomia, que vão além das regras nacionais, para barrar a entrada de certos indivíduos, restringindo assim a parcela da população que pode se filiar e concorrer a um cargo pelo partido.

Uma série de fatores, como as normas legais e partidárias, tipo de sistema partidário vigente e cultura política local, alteram e caracterizam os métodos de seleção e responsáveis por este processo, podendo afetar a sobrerrepresentação de certos grupos e o perfil das bancadas parlamentares.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, M. L. M. (2008). Recrutamento político e seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no “Jardim Secreto”. In. **6º ENCONTRO DA ABCP**. Campinas, 2008.

BRAGA, M. S. S. e VEIGA, L. F. (2008). Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras. In. **XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu.

FREIDENBERG, F. e LÓPEZ, F. S. (2001). Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, 8 (2), 2001.

FREIRE, A. (1998). Lógicas de Recrutamento Parlamentar: Os deputados portugueses, 1975-1999. **Sociologia – Problemas e Práticas** (28).

PERISSINOTTO, R. M. e MIRÍADE, A. (2009). Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**. Rio de Janeiro, Vol. 52 (2).

RODRIGUES, L. M. (2002). **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp.